

PESCADORES E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: MEMÓRIA SOCIAL E AS DINÂMICAS DE APROPRIAÇÃO COMUM DOS RECURSOS

*Pedro RAPOZO**

*Antonio Carlos WITKOSKI***

RESUMO: Este artigo procura compreender a relação entre o desenvolvimento da atividade pesqueira comercial na Amazônia brasileira e sua relação com as transformações sociais do trabalho através da maior inserção do capital na economia regional, sobretudo a partir da percepção dos pescadores da região do Baixo-Solimões – estado do Amazonas. Estas mudanças foram marcadas a partir da segunda metade do século XX pela maior dinâmica das relações sociais de produção e das forças produtivas do setor pesqueiro e da sua relação de exploração dos recursos disponíveis. Desta forma, a diversificação sobre as formas de apropriação social dos recursos naturais da região e sua relação com os sujeitos envolvidos demarcaram profundas modificações quanto ao modo de vida rural e as dimensões sociais do trabalho na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Pescadores. Transformações sociais. Trabalho.

Introdução

As mudanças históricas e socioambientais que marcam o modo de vida das comunidades rurais do estado do Amazonas e, em grande parte da Amazônia

* UMinho – Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Braga – Portugal. 4710-057 – pedro_rapozo@hotmail.com

** UFAM – Universidade Federal do Amazonas – Instituto de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Ciências Sociais. Manaus – AM – Brasil. 69077-000 – acwitkoski@uol.com.br

brasileira, indicam a particularidade das condições sociais e singulares à constituição dos agrupamentos humanos na Amazônia, pois englobam dimensões complexas de apropriação social dos recursos naturais, trajetórias de vida, assim como dimensões materiais e imateriais da constituição organizacional das sociedades locais e, assim como as mudanças decorrentes nas atividades de trabalho relacionadas a uma dinâmica característica do mundo rural amazônico.

Neste contexto, a pesca destaca-se como umas das principais atividades do mundo do trabalho rural local, configurando elementos de mediação nas relações entre os indivíduos locais quanto ao uso e apropriação dos recursos pesqueiros, representações do mundo, do trabalho e das mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento do setor comercial na região Amazônica e, sobretudo, de sua intensificação no setor econômico nacional.

Desta forma, a pesca e os ambientes destinados à captura do pescado, para além de suas representações no mundo rural, são entendidos também por se converterem em fontes de matéria-prima valorizadas pelo mercado que, por sua vez, reproduz a inserção do modo de produção capitalista na Amazônia através da acumulação do capital em escala desigual e combinada. Na região do Baixo rio Solimões, principal afluente do rio Amazonas (localizado no município de Manacapuru) no estado do Amazonas, encontra-se uma área onde a pesca, na maioria das comunidades rurais, vem se constituindo ao longo das últimas décadas enquanto principal atividade profissional entre os sujeitos locais, sendo reconhecida como um dos principais pólos do setor econômico pesqueiro da região norte do país.

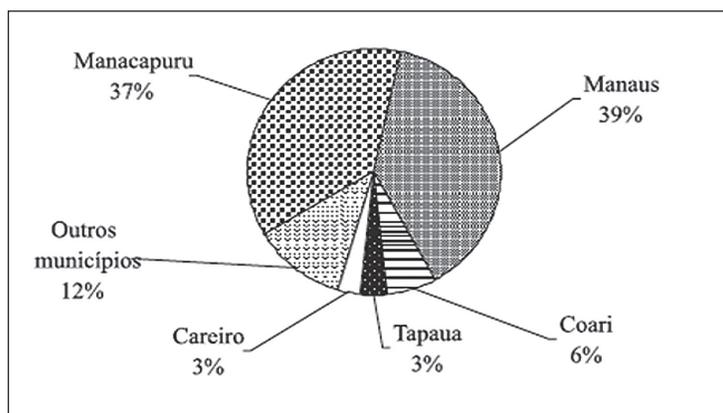


Figura 01 – Percentual de origem do desembarque comercial de pescado ao longo das últimas décadas no Estado do Amazonas.

Fonte: Cardoso (2004).

Na medida em que se tornou cada vez mais viável do ponto de vista comercial, dada a dinâmica e a demanda na região pelo consumo de pescado, a atividade pesqueira, enquanto uma das dimensões do trabalho rural, vem garantindo aos moradores das comunidades locais grande parte da renda comercial obtida para fins de subsistência familiar, sendo incorporado por um número maior de sujeitos no local, dinamizando as relações sociais de produção, assim como as demais questões pertinentes à prática pesqueira e suas formas de trabalho e interação com os recursos naturais.

O processo histórico e socioeconômico mais recente vivenciado pelos grupos sociais rurais locais, no que se refere ao uso dos recursos pesqueiros, pode ser compreendido a partir das transformações político-sociais ocorridas no decorrer do século XX, com as estratégias de intervenção político-econômica na Amazônia, aliado ao discurso desenvolvimentista (RUFFINO, 2004; SILVA, 1996; RAPOZO, 2010).

A maior intensificação da prática do trabalho na pesca comercial, para além de ser eminentemente uma atividade de subsistência das comunidades rurais, vem marcando profundamente as transformações socioeconômicas do trabalho realizado nas comunidades rurais do estado do Amazonas, onde grande parte de seus moradores, nas últimas décadas, especialmente, com o maior incentivo do estado nacional neste setor, passaram a se dedicar prioritariamente como atividade profissional, sendo o objetivo principal garantir uma renda mensal a partir da exploração comercial dos recursos pesqueiros em determinados locais da região, possibilitando para os moradores locais a aquisição de outros artefatos necessários que não são constituídos no mundo social rural por apresentarem-se como valor-de-troca.

Assim, o trabalho da pesca é entendido como um processo social mediado pela natureza que garante não só a constituição do mundo material, mas também a cultura, o modo de vida e manutenção das representações sociais¹ produzidas e reproduzidas a partir do próprio trabalho (LEFF, 2000). A constituição do trabalho no mundo rural amazônico, enquanto elemento pertinente ao cotidiano local, pertence à dimensão social das representações, memória e construção social da história de vida e organização dos grupos sociais.

Neste sentido, compreender esta relação requer um entendimento das instituições da ação humana diante das transformações do mundo, no intuito de possibilitar uma interpretação dos fenômenos sociais decorrentes das mudanças.

¹ Para Jodelet (2001), a representação social torna-se uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, tendo como objetivo prático a concorrência para a construção de uma realidade comum a um conjunto social de sujeitos.

Estas interpretações coincidem com a dimensão da memória social dos indivíduos diante daquilo que os marca e demarca as suas condições de existência. Considerar estes elementos na constituição das transformações do trabalho e das mudanças nas atividades pesqueiras é um fator crucial na medida em que possibilita uma abordagem inteligível das mudanças sociais.

Para Halbwachs (1990), a memória social pode ser compreendida como uma construção coletiva sobre as dimensões representativas do passado sobre as condições sociais que determinado grupo vivenciou ou vivencia no presente. Por outro lado, a lembrança do passado informa o grupo sobre o seu presente, dando sentido ao fato de que ambos se constroem mutuamente – pois são socialmente perceptíveis através das redes de informações que ligam um sobre o outro.

Como um retrato do passado, a memória coletiva tem também um papel importante na construção da identidade do grupo. Os indivíduos se apresentam aos outros e enxergam a si mesmos tendo como referencial básico as suas origens, desenhadas a partir de uma memória compartilhada e transmitida através das gerações. Neste sentido em particular, a memória coletiva expressa os valores culturais do grupo, pois se a memória é constituída por uma seleção de feitos e marcos memoráveis, ou seja, dignos de lembrança, ela demonstra os critérios que o grupo utiliza para fazer sua seleção (LIMA; ALENCAR, 2001, p.22).

Desta forma, a função de explicar o presente partindo das constituições da memória social incide sobre os valores e heranças culturais vivenciadas, definindo a visão e a interpretação lógica que determinado grupo pode adotar sobre os fatos que vivenciaram ou os circundam.

É claro que estes fatores estão associados ao mundo externo e suas transformações socioeconômicas permeadas pelos valores tradicionais de uma gama diversificada de culturas e representações. No mundo rural amazônico, o trabalho polivalente, ou seja, das atividades realizadas e equivalentes ao modo de subsistência de economia familiar, torna-se indissociável da dinâmica de apropriação e transformação da natureza e de seus recursos, sobretudo, quanto às mudanças sociais do trabalho causadas por uma maior intensificação do modo de produção capitalista na região, via os grandes projetos de desenvolvimento econômico adotados e maior grau de reorganização das formas de trabalho, mercados e formas de produção.

Estes aspectos acabaram se constituindo como elementos centrais na dinâmica das relações de trabalho na pesca, marcando por um lado a situação dos sujeitos envolvidos quanto às mudanças decorrentes deste processo, e por outro, a

forma como tais mudanças ressoam no processo histórico, na história pessoal dos indivíduos e na memória sobre estas transformações.

Memórias e transformações sociais do trabalho na percepção dos pescadores

Historicamente a pesca se constituiu como atividade importante entre as comunidades rurais que habitam as regiões de várzea próximas aos principais rios da Amazônia. Tão importante que, em determinados locais, recebem denominações relacionadas às práticas pesqueiras dada a sua importância econômica ao longo da história de formação das comunidades rurais.

Contudo, a intensificação da comercialização do pescado realizado nos lagos da região e no rio Solimões vem delineando a profissionalização do setor econômico pesqueiro entre os indivíduos que a possuem como única fonte de renda para além das outras atividades que garantem a subsistência do modo de vida rural na região. Estas transformações demarcam profundas mudanças sociais na atividade pesqueira e nas formas de organização social entre os pescadores. Tais aspectos são perceptíveis, segundo os sujeitos locais, a partir de uma compreensão sócio-histórica destas mudanças, especialmente marcadas na memória social dos pescadores locais e da sua relação com os agentes comerciais deste processo.



Figura 02 – pesca comercial no rio Solimões – Amazonas.

Fonte: Rapozo (2010).



Figura 03 – pescadores em pequena embarcação utilizada na captura do pescado.

Fonte: Rapozo (2010).

A partir de entrevistas realizadas junto aos pescadores/moradores das comunidades locais ao longo da região do Baixo Solimões (principal afluente do rio Amazonas), é possível uma breve interpretação de alguns fenômenos relacionados com o modo de organização social comunitário através da memória social dos

sujeitos envolvidos com a atividade da pesca e as principais mudanças decorrentes no processo de trabalho.

Na fala dos pescadores locais a visão de um mundo constituído pela memória social sobre determinados fatos decorrentes do modo de vida local são articulados com outras dimensões do mundo, geralmente associados às suas origens e de suas comunidades rurais. Desta forma, são exemplos significativos dos processos e dinâmica das populações de várzea quanto ao modelo de distribuição demográfica e de suas atividades socioeconômicas, sendo relacionadas com as dimensões intersubjetivas da história social de vida e do trabalho.

Neste sentido, a atividade pesqueira aparece como uma dentre as outras atividades que constituem o mundo cotidiano rural, mas na medida em que se tornaria responsável pelas mudanças advindas de uma relação de intensificação comercial na apropriação dos recursos pesqueiros levaria cada vez mais os moradores das comunidades locais a se dedicarem ao trabalho comercial da pesca, estando sujeitos às mudanças decorrentes deste processo, tais como a propensão ao desempenho monoespecífico do trabalho na pesca e, por outro lado, a insurgência de conflitos sociais causados pelo acesso e exploração cada vez mais acentuada dos recursos pesqueiros.

[...]A gente nascemos aqui, nós trabalhava na agricultura. Aí depois apareceu o ramo da pesca aí nós viremo pescador. Rapaz, eu... eu desde... na base de uns dezoito anos que eu comecei a pescar. Dezoito anos pra cá, tenho vinte anos de pesca [...] (A. S. 43 anos, pescador e morador da região do Baixo Solimões, Amazonas.).

Também é necessário salientar que o trabalho da pesca nas comunidades se insere num contexto situado e datado dentro do processo de constituição socioeconômica da própria região, onde a atividade pesqueira se tornara relevante, na medida em que outras atividades comerciais tornavam-se menos rentáveis, como o ciclo econômico de plantação da juta e da malva na região do Pará e Amazonas; desta forma, surgiam alternativas de renda, como a pesca comercial. É importante perceber que este processo culmina com os projetos de desenvolvimento econômico voltados para a Amazônia, assim como para a pesca comercial (RUFFINO, 2004). A pesca comercial é inserida como dimensão do mundo do trabalho e da vida dos grupos sociais rurais na Amazônia brasileira diante das próprias transformações que delineariam as suas interpretações sobre o mundo que em vivem.

As mudanças que decorrem no processo de escolha pela prática de uma atividade ou trabalho que garanta uma renda para além da subsistência implicam

as questões sociais e históricas referentes à vida pessoal, às escolhas e, sobretudo, àquilo que constitui a realidade local. As transformações decorrentes destes processos indicam que a adoção de uma atividade considerada principal predispõe uma lógica tendencialmente voltada para um mercado mediante as políticas de incentivos adotadas.

No caso das comunidades da região do Baixo Solimões, onde a pesca historicamente caracteriza-se enquanto atividade principal, a fala local dos sujeitos envolvidos nestas mudanças representa uma explicação lógica para o abandono de um tipo de trabalho que resultava uma renda sazonal (como as práticas advindas da agricultura e do plantio em escala extensiva e comercial da malva e da juta) para a realização de outra atividade em caráter exploratório e intensivo como a pesca.

[...] Aqui o trabalho mermo era malva, negócio da malva, da juta, mas aconteceu porque é o seguinte. A malva, a pessoa tinha muito trabalho e o rendimento não dava essas grande coisa. E as pessoa ficava dentro d'água, né? Aí começava a pegar reumatismo, fora as picada de arraia, de cobra, de insetos. Aí nós visamos pro rumo da pesca. E nós mudemos pra pesca, mas ainda ficava na pesca e na agricultura. Aí nós criava gado também, aí nós acabamos com o gado e entramos no rumo da pesca. Mas só que de primeiro a pesca ela tinha uma “prosperação” (prosperidade) maior. Dava mais dinheiro... tinha mais peixe. O dinheiro era quase a mesma coisa só que o peixe é que era farto demais[...] (J. C. 59 anos, pescador e morador da região do Baixo Solimões, Amazonas).

Neste caso, observa-se o trabalho executado do plantio da malva e da juta, bastante comercializáveis, com sua introdução no fim da década de 20 pelos migrantes japoneses e seu declínio a partir da década de 70, sendo paulatinamente substituído nas comunidades rurais de várzea pela prática da pesca comercial, enquanto reflexo das condições de desenvolvimento econômico e incentivo do Estado.

Alguns fatores também determinaram os critérios da escolha de uma atividade para outra: a malva e a juta eram substituídas pela profissionalização do trabalho da pesca comercial na medida em que perdiam espaço na política de planejamento e desenvolvimento econômico regional adotado pelas secretarias e órgãos de produção². Enquanto isso se observava um impulso ao comércio e industrialização da pesca na região. Por outro lado, as condições de trabalho no processo produtivo da fibra, como afirma a fala do morador local, sempre se constituíram como

² Para uma informação mais detalhada ver Ferreira (2009).

práticas insalubres, oferecendo perigo sob diversas condições e situações³ já que demandavam extensivas áreas de plantio e força de trabalho geralmente complementar à força de trabalho familiar.

Contudo, com a crise da juta e malva e a inserção da prática comercial da pesca, insere-se outra lógica quanto à apropriação social dos recursos naturais, delineando muito dos problemas encontrados quanto à questão de sobre-exploração dos recursos pesqueiros.

A crise da juta trouxe também um aumento expressivo da pressão sobre a fauna aquática, notadamente peixes. A pesca comercial conheceu grande expansão nesse período. Geleiras e pescadores de fora das comunidades passaram a freqüentar as águas dos rios, paranás e lagos, comprometendo os estoques e potencializando conflitos com moradores locais com quem disputava o acesso ao peixe (PANTOJA, 2005, p.161).

Neste caso, as abordagens na fala dos sujeitos entrevistados, quanto ao estoque de pescado nos rios e lagos onde eram desenvolvidas as práticas pesqueiras, referenciam a realidade da interpretação obtida quanto à questão das transformações, através das condições sociais do trabalho entre os pescadores e quanto à dimensão de acesso aos recursos.

[...]Naquela época ainda existia muito tambaqui (espécie de peixe com valor altamente comercializável... Tinha muito peixe. Não dava preguiça pra você pescar... Naquela época tinha muita fartura, tinha muito peixe, né? O preço era quase a mesma coisa, mas era fácil de pegar, num mês tu fazia duas, três viagem num era? Aí dava muito. Dava pra garantir a vida né? Aí de uns tempos aí foi fracassando mais, foi fracassando até ponto que tá hoje, onde se tem pouco peixe, onde tem exploração por parta dos patrão e onde a gente não ganha muito, mas ainda dá pra sobreviver [...]. (S. C. 43 anos, pescador e morador da região do Baixo Solimões, Amazonas).

Nos casos citados ressalta-se muito nas falas dos entrevistados a relação do acesso à “fartura” abundante de determinadas espécies consideradas essenciais ao setor comercial, assim como seu declínio em determinado momento.

A atividade pesqueira é marcada por um processo social que inclui elementos bastante peculiares da região, a comercialização entre pescadores locais e os agentes

³ Também não significa dizermos que as condições insalubres e perigosas da pesca comercial não oferecessem os mesmos ou piores riscos como de fato ocorrem.

de comercialização dentre inúmeros fatores demonstram este fato. O processo de “aviamento”⁴, por exemplo, é um destes fenômenos que resulta da mediação desigual travada entre possuidores do capital comercial (geralmente os grandes comerciantes de pescado) e donos da força-de-trabalho (os pescadores), que obtém através dela sua subsistência, como é o caso dos trabalhadores da pesca nas comunidades rurais.

Estes elementos, segundo as entrevistas locais, acabaram demarcando espaços significativos no processo de exploração do trabalho da pesca comercial, decorrendo das mudanças sociais do processo produtivo de captura do pescado, nas relações sociais entre os sujeitos participantes, impactando o potencial dos recursos pesqueiros e sobre-explorando os recursos que, com o passar do tempo, tornaram-se cada vez mais escassos, obrigando os pescadores delimitarem os espaços da pesca comercial, decorrendo daí inúmeros conflitos pelo acesso aos recursos pesqueiros.



Figura 04 – prática recorrente da pesca comercial dos bagres no rio Solimões – Amazonas.

Fonte: Rapozo (2010).



Figura 05 – O uso das redes de arrasto potencializou a pesca comercial nas últimas décadas, territorializando os espaços e dando maior poder de captura aos pescadores nos ambientes de rio.

Fonte: Rapozo (2010).

Segundo Pereira et al (2007), o problema nesta relação socioeconômica é que o pescador paga geralmente a sua “dívida” (representada em muitos casos pela relação de exploração sob os pescadores e os empréstimos financeiros realizados a estes) com o “aviador” com bastante dificuldade, devido ao fato de o preço dos produtos vendidos ser bastante elevado, ao passo que o preço pago pelo pescado se mantém quase sempre o mesmo. Esta relação desigual faz

⁴ Para Mello (1985), o “aviamento” é um processo caracterizado por um sistema de crédito que se estabelece entre o ‘aviador’ e o ‘aviado’, onde aquele antecipa produtos ao segundo que, nada tendo em troca a dar no ato da transação, só lhe pagará posteriormente com o resultado de seu trabalho, geralmente aparecem na figura do patrão, regatão, feirantes, donos de frigoríficos, despachantes e marreteiros.

com que o pescador não consiga manter uma receita estável e satisfatória, pois, mesmo que possa pagar sua dívida, sobra bem pouco para investir em outras necessidades.

As informações obtidas nas entrevistas revelam aspectos constitutivos das atividades de pesca, sobretudo em relação aos primeiros moradores que iniciaram a prática, sendo observados os períodos, o contexto histórico e as formas utilizadas num momento em que ainda se popularizavam as redes de malha, o polietileno (isopor), o nylon e outros artefatos importantes na fabricação dos instrumentos utilizados nas pescarias.

Os tipos de instrumentos utilizados apontam para um período intermediário das transformações do modelo de pesca introduzido, já que grande parte das atividades destinava-se à subsistência, logo, utilizavam apetrechos de baixo impacto e relativamente artesanal como descreve Veríssimo (1985). Com a intensificação da pesca comercial no Baixo Solimões, as mudanças e introdução de novos apetrechos na captura de espécies comercializáveis, principalmente aos denominados peixes lisos⁵, a partir de uma lógica mercantil patrocinada pela grande leva de barcos de pesca, frigoríficos, e novas formas de trabalho na captura do pescado, incentivaram as comunidades locais a uma corrida desenfreada ao trabalho comercial da pesca.

A pesca representa hoje boa parte da renda mensal dos moradores da comunidade, ao mesmo tempo em que ela se impõe como atividade importante, traz mudanças significativas do ponto de vista das relações estabelecidas entre os grupos sociais rurais e o mercado da pesca. Por se tratar de uma atividade que possui um caráter muito singular, acabou realizando-se de maneira crescente nas comunidades a ponto de se verificar, através dos depoimentos seguintes, importantes transformações:

[...] quando eu comecei num era tudo isso que é hoje, num era todo mundo que tinha material não, eu só tinha uma rede, hoje cada um tem quatro ou mais rede de pesca (A. A. S., 42 anos, morador, pescador e proprietário de um flutuante que comercializa a produção do pescado na região do Baixo Solimões, Amazonas).

[...] aumentou muito o número de utensílios pros pescadores, isso porque a colônia financiou pra quem não tinha condições também (D. C. B. 32 anos, morador,

⁵ Popularmente chamados de “peixes lisos” ou “feras”, ocorre uma intensificação de sua captura já que não eram tradicionalmente consumidos por possuírem uma estética diferenciada dos peixes de escama tradicionalmente consumidos. O termo “fera” parece denominar uma distinção daquilo que é animalesco e não pode ser “domado” (consumido) pelo homem na medida em que circundam elementos culturais e crenças populares à seu respeito, tais como a “reima”, descrito por Mariza Peirano (1975).

pescador e proprietário de um flutuante que comercializa a produção do pescado na região do Baixo Solimões, Amazonas).

No que concerne ao contexto de fala dos sujeitos entrevistados verifica-se que na medida em que o capital se expande e dinamiza as relações sociais de produção torna as mudanças inexoráveis. A mobilidade dos recursos pesqueiros nos ecossistemas marcados pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado, as modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser também influenciadas pelas condições naturais em que se realiza essa atividade (DIEGUES, 1983), no entanto, denotam mais elementos constitutivos que possibilitam as transformações necessárias para a efetividade da prática pesqueira.

O trabalho da pesca: conseqüências e perspectivas sobre a apropriação comum⁶ dos recursos pesqueiros

A importância do desenvolvimento e aperfeiçoamento da pesca, praticados pelos habitantes das várzeas e terras-firmes da região, demonstra a capacidade de articulação de um modo de vida muito singular, onde o domínio do saber prático considera a dinâmica da vida nos rios da Amazônia brasileira, na sazonalidade dos seus períodos hidrológicos, e nas transformações que atendem aos interesses dos homens como agentes sociais interessados que se apropriam destes e de outros recursos disponíveis.

As mudanças sociais decorrentes dos processos de constituição do trabalho da pesca incidem sobre os momentos de transformação das condições de reprodução social local e das formas de trabalho estabelecidas. Para além das mudanças físico-espaciais que instituem o território-ambiente das localidades, a dimensão do trabalho e dos ciclos econômicos de desenvolvimento socioeconômico local demonstra aspectos significativos ao entendimento da formação das práticas de pesca.

⁶ Os regimes de propriedade comum se referem, neste caso, à correlação dos arranjos de direito de propriedade sob os quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidade sobre o uso dos recursos naturais apropriados, neste os recursos pesqueiros e suas formas de apropriação entre os pescadores (MACKEAN & OSTROM, 2001).



Figura 06 – Redes de arrasto utilizadas pelos pescadores como principal fonte de captura do pescado nos grandes rios. Fonte: Rapozo (2010).



Figura 07 – Pescador “embarcado” se preparando para a pesca. Fonte: Rapozo (2010).

A instrumentalização da racionalidade comercial na pesca, incentivada pelo modo de produção capitalista na Amazônia, pode ser pensada na medida em que contextualizamos a dimensão empresarial das grandes indústrias de beneficiamento do pescado na região. Particularmente em determinadas regiões, este processo fora incentivado pela chegada dos frigoríficos comerciais de pescado⁷, proliferando o tipo de pesca embarcada, incentivando os moradores locais à profissionalização da prática pesqueira sem, no entanto, fomentar as condições legais para estas ações.

Isto implica dizer que a parte significativa de todo o processo de produção/captura do pescado era (e ainda é) realizada de forma autônoma por grande parte do tipo de pesca realizada, já que o investimento da pesca se voltava para as grandes empresas e para a aquisição de materiais e apetrechos, “armando” os pescadores das comunidades e incentivando a lógica do comércio do pescado; assim, vende-se o peixe convertendo em dinheiro e este convertido em bens necessários ao modo de vida rural local dos pescadores.

Para Cruz (2009), estes fatores decorrentes da mudança social da vida rural ocasionariam a ânsia de se conseguir uma boa pescaria e uma boa venda entre os moradores/pescadores das comunidades, lançando-se na captura de espécies até então não pescadas, abrindo a concorrência pela captura cada vez maior de espécies comercializáveis e ocasionando o controle do acesso a determinados locais de pesca, demandando territorialidades e mecanismos de uso dos recursos interpretados sob leis consuetudinárias locais enquanto expressões da organização dos pescadores.

⁷ Ver Smith (1979) e Parente (1996) sobre o desenvolvimento da pesca e sua relação com os modelos de inserção industrial do capitalismo na pesca dos peixes lisos.

Esse tipo de relação impôs uma lógica de exploração da mão de obra autônoma e sem custos para as grandes empresas frigoríficas, além de incentivar à subordinação à captura desenfreada e uso extensivo e intensivo de apetrechos mais eficazes, pressionando os estoques de pesca nos lagos e rios. Na medida em que se instigavam os conflitos e disputas territoriais demarcando-se espaços, incentivava-se a pesca nas noites e madrugadas a bordo de pequenas embarcações nos grandes rios da região e nos lugares onde tradicionalmente se pescava para fins de subsistência.

Desta forma, na medida em que há uma extensão do mercado consumidor e a disponibilidade de recursos pesqueiros próximos às comunidades, é possível que um maior número de sujeitos sociais passasse a se dedicar à pesca como principal “meio de vida”. Para viabilizar a produção pesqueira, os sujeitos sociais tendem a se (re) organizar socialmente, inclusive no âmbito de suas forças produtivas, objetivando garantir a sua sustentação material e social.

A reorganização das unidades de produção, isto é, dos grupos de pescadores e de suas forças produtivas ou meios de produção se distingue quanto à intensidade da pesca comercial praticada em nível local. A quantidade e diversidade de apetrechos, o tempo gasto na atividade da pesca, o número de pescadores atuando coletivamente na captura do pescado varia conforme o interesse e as condições dos grupos sociais. As famílias destas comunidades dispõem de diversos ambientes de pesca e de uma infinidade de espécies de peixes potencialmente comercializáveis, sobre as quais atuam diferentes categorias sociais de pescadores (PEREIRA et al. 2007, p.38).

A expansão do capital, a articulação de formas diferentes de organização da produção, a dominância de uma forma de produção sobre as outras, sua realização histórica diferenciada em nível nacional e regional são elementos que, segundo Diegues (1983), são as bases na interpretação das chamadas diferenças regionais existentes na pesca.

Assim, as alterações que marcam o setor pesqueiro na Amazônia articulam, de um lado, os processos e projetos de intervenção do modo de produção capitalista que levaram ao desencadeamento da pesca comercial na região e, de outro, pelas transformações culturais do modo de vida, das representações sociais do mundo e da própria pesca enquanto atividades constituintes da vida dos grupos sociais locais.

Claro que estes elementos acabaram implicando em outras questões pertinentes ao mundo social da vida local. A demarcação dos espaços sociais na pesca comercial e de subsistência entre os agentes envolvidos fora um dos elementos

atenuantes ao processo de territorialidade⁸ dos espaços de pesca, pois se acabou criando conflitos sociais pelo acesso aos recursos pesqueiros e a (re) configuração das relações de trabalho na atividade pesqueira advindos da crescente exploração da mão-de-obra do trabalhador rural na pesca comercial, sendo reflexos deste processo e articulado à vida dos sujeitos envolventes neste contexto.

Para os grupos sociais rurais em áreas de várzea da Amazônia brasileira, a racionalidade no uso dos recursos permeia a utilização dos espaços, territórios e lugares de vida, compreendidos através do saber local. Esta dimensão conflui para a predisposição das atividades produtivas em seu mundo compartilhado, nas relações sociais e na reprodução material e simbólica dos seus meios de vida. Estes fatores, tão importantes e singulares, somente nas últimas décadas estão sendo vistos como legítimos para pensar o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis, e assim, criar soluções alternativas e estratégicas que possibilitem modelos heterogêneos de apropriação, gestão participativa e parcimônia equitativa no uso dos recursos naturais.

Por outro lado, grande parte das áreas consideradas de livre acesso⁹ destinadas ao trabalho da pesca acabaram se transformando em áreas com delimitações locais para fins estritamente mercantis da pesca intensiva, e se constituindo ao longo dos últimos anos como territórios específicos de pescadores comerciais, onde a apropriação comum dos recursos pesqueiros não considera somente a questão do livre acesso como elemento estruturante da pesca, e sim os acordos locais entre os sujeitos deste processo, por hora também produzindo conflitos internos pela disputa e acesso aos recursos pesqueiros em áreas abundantes. A importância do setor econômico regional e os mecanismos de controle e acesso dos espaços nos rios e demais ambientes, cada vez mais estão configurando mudanças latentes no processo de trabalho entre os pescadores da região.

Estes espaços, configurados enquanto territorialidades no trabalho da pesca comercial revelam que, com as transformações decorrentes do tipo de trabalho exercido no local, cada vez mais os lagos e rios, enquanto propriedades comuns de acesso a determinados grupos, na realidade, estão se configurando em formas

⁸ Para Little (2002) a territorialidade se define como o esforço coletivo de um grupo social em usar, ocupar, controlar e se identificar com a parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território.

⁹ O livre acesso para Feeny et al (2001) corresponde à ausência de direitos de propriedade bem definidos, neste caso, o acesso aos recursos não é regulado, estando livre ou aberto a qualquer indivíduo ou grupo social. Contudo, afirmar que os recursos naturais são disponíveis ao uso social ou ao livre acesso dos indivíduos, em geral, significa compreender que o processo de apropriação perpassa por uma inter-relação dos usos do mesmo ambiente de base comum por determinados grupos sociais. Desta forma, o fato de se estabelecerem comunais não significa que sejam livres de acesso à todos, mas limitados à um grupo específico de usuários, pressupondo mecanismos de controle e regulação da apropriação.

de privatização por meio do direito sobre os recursos socialmente utilizados. No entanto, sem dividi-los em pedaços ou fragmentos espacialmente separados, acabam viabilizando a obtenção de renda ou lucro de acordo com o trabalho socialmente necessário para a reprodução da vida local dos pescadores.

Dentre os aspectos levantados, a questão dos regimes de propriedade privada e coletiva de porções territoriais dos rios e lagos da região ainda são exemplos atuais sobre a intensificação da pesca, sobre-exploração dos recursos disponíveis e mudanças configurativas das relações de trabalho local. Estes aspectos refletem os modelos de apropriação dos recursos pesqueiros, a forma como são representados indica maior ou menor grau de controle sobre as áreas transformadas pela pesca comercial no rio, e pelo uso comunitário dos lagos na pesca de subsistência.

As mudanças sociais quanto ao modo de trabalho desenvolvido entre os pescadores na região do Baixo Solimões, no estado do Amazonas, acabaram, na última década, produzindo formas de apropriação específicas quanto aos ambientes utilizados nas atividades de trabalho da pesca comercial. Embora produzam aparentemente uma homogeneidade, os rios apresentam marcas, locais e territórios definidos e defendidos pelos pescadores durante suas atividades.

Reconhecer a existência de mudanças quanto ao processo de trabalho dos pescadores locais, especialmente quando legitimados pelo debate sobre as formas de territorialização e apropriação dos recursos naturais, possibilita uma discussão ampla quanto à elaboração de normas para o seu manejo, constituindo-se em um importante instrumento de gestão das pescarias, minimizando conflitos sociais ocasionados pela intensificação das práticas de pesca comercial e propondo alternativas viáveis à gestão participativa dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso via a mediação entre estado e sociedade envolvente.

***FISHERMEN AND THE SOCIAL CHANGING OF WORK IN
THE BRAZILIAN AMAZON: SOCIAL MEMORY AND THE
DYNAMICS OF COMMON APPROPRIATION OF RESOURCES***

ABSTRACT: *This article seeks to understand the relationship between the development of commercial fishing activity in the Brazilian Amazon and its relation to social change work through greater integration of capital in the regional economy, particularly from the perspective of the fishermen on the region in the Baixo-Solimões – state Amazonas. These changes were marked, especially since the second half of the twentieth century, the dynamics of larger social relations of production and the productive forces in the fishing sector and its relationship to the exploitation*

of available resources. The diversification of forms of social appropriation of natural resources in the region and its relationship with the individuals involved demarcated profound changes on the rural way of life and social dimensions of work in the Amazon

KEYWORDS: *Fishermen. Social transformations. Work.*

Agradecimentos

Aos Pescadores das comunidades da região do Baixo-Solimões, no município de Manacapuru – Am, que participaram das entrevistas e pesquisas realizadas sobre os conflitos sociais e as transformações do trabalho na pesca comercial da Amazônia brasileira. Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior – CAPES, pelo fomento às atividades de pesquisa realizadas ao longo dos períodos de estudo e investigação das temáticas abordadas.

Referências

CARDOSO, R. S. et al. Aspectos econômicos e operacionais das viagens da frota pesqueira de Manaus, Amazônia Central. **Acta Amazonica**, Manaus, v.34, n.2, p.301-307, 2004.

CRUZ, M. J. M. Pescando “Fera” no baixo rio Solimões – Manacapuru (Am). In: FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; SILVA, S. C. P. (Org.). **A pesca na Amazônia central**: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2009. p.247-287.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. p.17-42.

FERREIRA, A. da S. **Trabalhadores da malva**: (re) produção material e simbólica da vida no baixo rio Solimões. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.

LEFF, E. Estratégias do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável: racionalização do capital ou reapropriação social da natureza. In: _____. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da Furb. 2000. p.259-299.

LIMA D. M.; ALENCAR, E. F. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. **Revista Lusotopia**, Leiden, p.27-48, 2001.

LITTLE, P. C. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002.

MELLO, A. B. F. de. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação (um estudo sobre o caso amazônico). 1985. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

PANTOJA, M. C. A várzea do Médio Amazonas e sustentabilidade de um modo de vida. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, 2005. p.157-206.

PARENTE, V. M. **A economia da pesca em Manaus**: organização da produção e da comercialização. 1996. 178f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PEIRANO, M. **A reima do peixe**: proibições alimentares numa comunidade de pescadores. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1975.

PEREIRA, H. S. et. al. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P. (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007. p.171-195.

RAPOZO, P. H. C. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões**: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

RUFFINO, M. L. **Gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2004.

SCOTT, A. D. The fishery: the objectives of sole ownership. **Jornal of Political Economy**, Chicago, v.63, p.116-124, 1955.

SILVA, M. C. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Edua, 1996.

SMITH, N. J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: Falangola, 1979.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livrara Alves, 1985.

Bibliografia Consultada

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. (Eduardo Galvão).

FURTADO, L. G.; LEITÃO W.; MELLO, A. F. (Org.). Povos das águas: realidade em perspectiva. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. (Eduardo Galvão).

MACKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. páginas parciais.

Recebido em: 05/10/2010

Aprovado em: 24/03/2011